



<b>N.º do Pedido:</b>	BR132016004663-6	<b>N.º de Depósito PCT:</b>	
<b>Data de Depósito:</b>	02/03/2016		
<b>Prioridade Unionista:</b>	-		
<b>Depositante:</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BRMG)		
<b>Inventor:</b>	RODRIGO RIBEIRO RESENDE; FERNANDA MARIA POLICARPO TONELLI; SAMYRA MARIA DOS SANTOS NASSIF LACERDA; LUIZ ORLANDO LADEIRA; LUIZ RENATO DE FRANÇA @FIG		
<b>Título:</b>	“Nanocomplexos para entrega de ácidos nucleicos, processo de preparação e usos ”		

## 2 - FERRAMENTAS DE BUSCA

<input type="checkbox"/>	EPOQUE	<input type="checkbox"/>	ESPACENET	<input type="checkbox"/>	PATENTSCOPE	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	DIALOG	<input type="checkbox"/>	USPTO	<input type="checkbox"/>	SINPI	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	CAPES	<input type="checkbox"/>	SITE DO INPI	<input type="checkbox"/>	STN	<input type="checkbox"/>	

Número	Tipo	Data de Publicação	Relevância *
--	--	--	--

Autor/Publicação	Data de publicação	Relevância *
--	--	--

Código:5975ce1e23737deeb22c88e902a79153-versão1.3 -19/04/12

principal, é determinado o não preenchimento do relatório de busca. Considera-se que o objeto do presente certificado de adição não configura um aperfeiçoamento ou desenvolvimento introduzido no objeto principal da invenção, assim como parte do objeto pleiteado se refere a categorias distintas do pedido principal deferido (BR102014013939-7) e a matéria ora solicitada está contida no pedido principal, conforme será discutido adiante no parecer técnico.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2025.

---

Adriana Machado Froes  
 Pesquisador/ Mat. Nº 2390275  
 DIRPA / CGPAT II/DIALP  
 Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº  
 007/20

\* Relevância dos documentos citados:

- A documento que define o estado geral da técnica, mas não é considerado de particular relevância;
- N documento de particular relevância; a invenção reivindicada não pode ser considerada nova quando o documento é considerado isoladamente;
- I documento de particular relevância; a invenção reivindicada não pode ser considerada dotada de atividade inventiva ou de ato inventivo quando o documento é considerado isoladamente;

Y documento de particular relevância; a invenção reivindicada não pode ser considerada dotada de atividade inventiva quando o documento é combinado com um outro documento ou mais de um;

PN documento patentário, publicado após a data de depósito do pedido em exame, ou da prioridade requerida para o pedido em exame, cuja data de depósito, ou da prioridade reivindicada, é anterior a data de depósito do pedido em exame, ou da prioridade requerida para o pedido em exame; esse documento patentário pertence ao estado da técnica para fins de novidade, se houver correspondente BR, conforme o Art. 11 §2.º e §3.º da LPI.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**  
**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO**

**N.º do Pedido:** BR132016004663-6      **N.º de Depósito PCT:**  
**Data de Depósito:** 02/03/2016  
**Prioridade Unionista:** -  
**Depositante:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BRMG)  
**Inventor:** RODRIGO RIBEIRO RESENDE; FERNANDA MARIA POLICARPO TONELLI; SAMYRA MARIA DOS SANTOS NASSIF LACERDA; LUIZ ORLANDO LADEIRA; LUIZ RENATO DE FRANÇA @FIG  
**Título:** "Nanocomplexos para entrega de ácidos nucleicos, processo de preparação e usos "

**PARECER**

O presente pedido BR132016004663-6 foi depositado como Certificado de Adição de Invenção do pedido principal BR102014013939-7, o qual fora deferido em primeira instância, como pode ser visto no Despacho 9.1 notificado na RPI 2705 de 08/11/2022, com a matéria concedida abarcada na Petição nº 870220087364 de 23/09/2022; a referida patente está em vigor, conforme o Despacho 16.1, notificado por meio da RPI 2714 de 10/01/2023.

Ressalta-se que o objeto ora reivindicado foi examinado em ambiente digital à luz da LPI. Destarte, seguem as considerações levantadas por ocasião do 1º exame técnico em tela.

<b>Quadro referente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e Sequências Biológicas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O pedido foi encaminhado à ANVISA (art. 229-C da LPI, incluído pela Lei 10.196/2001)		X
A exigência ref. ao acesso ao patrimônio genético nacional foi emitida	X	
O pedido refere-se a Sequências Biológicas		X

**Comentários/Justificativas**

**ANVISA:** Cumpre citar que o presente Certificado de Adição de Invenção não foi encaminhado à ANVISA, pois foi considerado que a matéria pleiteada não necessita da prévia anuência, com base no disposto no art. 229-C da LPI, incluído pela Lei 10.196/2001.

**Declaração de acesso ao patrimônio genético nacional:** A requerente apresentou, voluntariamente, a Declaração Negativa de Acesso ao patrimônio genético nacional para fins de cumprimento da Resolução INPI nº69/2013 de 18/03/2013 através da petição nº 870180153100, de 21/11/2018.

**Sequências Biológicas:** Enfatiza-se que a matéria pleiteada no presente Certificado de Adição de Invenção não se refere a sequências biológicas.

\*\*\*

Os documentos que compõem o presente pedido que foram examinados no presente exame técnico são resumidos no Quadro 1.

<b>Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas</b>			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1 a 9	870160007358	02/03/2016.
Listagem de sequências*	Código de Controle	-	-
Quadro Reivindicatório	1	870160007358	02/03/2016.
Desenhos	1 a 9	870160007358	02/03/2016.
Resumo	1	870160007358	2/03/2016.

*\*Listagem de sequências em formato eletrônico referente ao código de controle 9999999999999999 (Campo 1) e 9999999999999999 (Campo 2).*

De acordo com o art. 76 da LPI, o certificado de adição deve apresentar o mesmo conceito inventivo do pedido de patente original e proteger o aperfeiçoamento ou desenvolvimento introduzido no objeto da invenção (grifo do examinador). Complementarmente, o § 3º do art. 76 da LPI define que: “O pedido de certificado de adição será indeferido se o seu objeto não apresentar o mesmo conceito inventivo”.

Segundo estabelecido na Portaria INPI/DIRPA nº 14/2024, Art. 43, as reivindicações do certificado de adição deverão ser redigidas de modo que no preâmbulo conste a matéria pleiteada no pedido (ou patente) principal e após a expressão “caracterizado por” o aperfeiçoamento ou desenvolvimento introduzido. Todavia, ressalta-se que a matéria objeto pleiteada no presente certificado de adição não segue as instruções dispostas no referido dispositivo.

Conforme dispõe o item 6.2.7 do Procedimento do Sistema de Padronização do INPI – Exame de Pedidos de certificado de adição de invenção (código CPAT–ETP–PP–0011, revisão 0.0, de 09/10/2024), caso o objeto pleiteado no certificado de adição (i) não apresente o mesmo conceito inventivo do pedido principal; (ii) esteja contido no pedido principal; ou (iii) seja de uma categoria diferente daquelas que foram concedidas no pedido principal, os Quadros 2, 3, 4 e 5 não devem ser preenchidos.

O presente pedido solicita, além de um processo com etapas muito similares ao pedido principal BR102014013939-7, um PRODUTO e seu USO, categorias distintas da categoria existente no pedido principal concedido. Desta forma, entende-se que as características técnicas relacionadas a categoria de PROCESSO existente no certificado de adição reside, essencialmente, nas mesmas características técnicas pleiteadas no pedido principal e não se refere a um aperfeiçoamento ou desenvolvimento baseado no mesmo conceito inventivo. Além

disso, o presente certificado de invenção pleiteia duas categorias distintas da categoria apreciada e concedida no pedido principal BR102014013939-7.

Posto isto, entende-se que o presente requerimento de certificado de adição não se refere a um aperfeiçoamento ou desenvolvimento baseado no mesmo conceito inventivo de que trata o art. 76 da LPI, além de apresentar parte da matéria solicitada contida no pedido principal (BR102014013939-7) e pleitear categorias distintas da categoria concedida no pedido principal. À vista disso, os Quadros 2, 3, 4 e 5 do parecer em tela não serão ora preenchidos.

**Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI**

Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)	--	--
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)	--	--
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	--	--
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	--	--

**Comentários/Justificativas:**

**Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI**

Artigos da LPI	Sim	Não
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	--	--
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	--	--

**Comentários/Justificativas**

**Quadro 4 – Documentos citados no parecer**

Código	Documento	Data de publicação
-	-	-

**Comentários/Justificativas**

**Quadro 5 - Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)**

Requisito de Patenteabilidade	Cumprimento	Reivindicações
Aplicação Industrial	Sim	--
	Não	--
Novidade	Sim	--
	Não	--
Atividade Inventiva	Sim	--
	Não	--

**Comentários/Justificativas**

Conforme dispõe os itens 6.4.3, 6.4.4 e 6.4.6 do Procedimento do Sistema de Padronização do INPI – Exame de Pedidos de certificado de adição de invenção (código CPAT–ETP–PP–0011, revisão 0.0, de 09/10/2024), caso o objeto pleiteado no certificado de adição (i) não apresente o mesmo conceito inventivo do pedido principal; (ii) esteja contido no pedido principal; ou (iii) seja de uma categoria diferente daquelas que foram concedidas no pedido principal, deve-se elaborar um parecer de ciência (despacho 7.1) fundamentada no art. 76 da LPI, uma vez que não configura aperfeiçoamento ou desenvolvimento introduzido no objeto da invenção.

**Conclusão**

Face ao exposto no presente parecer, conclui-se que o presente certificado de adição não atende ao disposto no art. 76 da LPI.

Vale ressaltar que, dentro do prazo da manifestação, é possível transformar o certificado de adição em patente de invenção ou modelo de utilidade. Todavia, caso o presente pedido tenha sua natureza alterada para um pedido de invenção, em uma eventual manifestação da requerente, pode-se ponderar, de forma breve, que a matéria ora pleiteada no presente certificado de adição apresenta grande possibilidade de não apresentar o requisito de patenteabilidade, relacionado a atividade inventiva, frente ao pedido principal BR102014013939-7, uma vez que o mesmo poderia ser considerado como estado da técnica.

O depositante deve se manifestar quanto ao contido neste parecer em até 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação na RPI, de acordo com o Art. 36 da LPI.

Publique-se a ciência de parecer (7.1).

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2025.

---

Adriana Machado Froes  
Pesquisador/ Mat. Nº 2390275  
DIRPA / CGPAT II/DIALP  
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº  
007/20